



Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 155.ª SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1.979
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Darcy Deitos e Lineu Turra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUÉRIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 172/79, que "institui o regime de remuneração dos assistentes judiciários e defensores dativos".

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MIRON MULLER, ocorrido na data de 7 de dezembro do corrente ano. O extinto foi prefeito do Município de Corbélia nos anos de 1.972/76, sendo um dos pioneiros do município.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A nova política salarial brasileira, em vigor à partir de 1.º de novembro do ano corrente, determinou a elevação do salário mínimo e, ao mesmo tempo, introduziu diversas alterações no texto legal que trata da matéria. Na verdade, ao ter a iniciativa de tal plano de lei, o Governo Federal atendeu a reivindicações de inúmeras classes de trabalhadores e de posicionamentos políticos de várias regiões brasileiras.

No entanto, apesar de já estar em vigor, a nova disposição legal atingiu até agora somente o pessoal que está no serviço ativo. Os benefícios de prestação continuada, percebidos por dependentes ou segurados, ainda estão sendo pagos pelos valores anteriores a 1.º de novembro, logo, distanciados da realidade salarial do País nos dias presentes. É o caso de segurados ou dependentes que recebem do INPS, mensalmente, benefícios por auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, aposentadoria por velhice, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial e auxílio-reclusão.

Fácil imaginar a situação difícil que vivem milhares de segurados ou dependentes do INPS à margem do serviço ativo. O custo de vida tem subido à medida e, quase sempre, em proporções superiores aos índices salariais, atingindo a todos, indistintamente. E a percepção de rendimentos pelo pessoal inativo continua sendo feita em níveis desatualizados, causando sérios transtornos aos beneficiários da previdência social, agravando as dificuldades já existentes.

Pelas informações da Superintendência Regional do INPS, as diferenças dos meses de novembro, dezembro e janeiro, serão pagos em fevereiro, à partir de quando tais benefícios serão normalmente pagos de acordo com os valores já em vigor desde 1.º de novembro deste ano.

Nessas condições, justo apelar ao Senhor Ministro da Previdência Social no sentido de agilizar o processo de reajuste dos benefícios de prestação continuada, determinando a emissão urgente de novos carnês e o pronto pagamento de tais benefícios.

É o requerimento, nos termos regimentais.

Também requeiro sejam cientificados do presente o Ministro do Trabalho, o Governador do Estado e o Superintendente Regional do INPS.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando a implantação de um MONO CANAL TELEFÔNICO, no Distrito de Conselheiro Zacarias, Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica pelo fato que este distrito paranaense vem encontrando muita dificuldade pela falta deste canal. O grande crescimento demográfico, aliado à razoável situação financeira de sua população, são elementos que colocam a implantação do canal na órbita da justiça social. Sem levar em conta os grandes transtornos que o distrito tem causado para o Município de Santo Antônio da Platina, congestionando as linhas, etc.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 205/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga e divisas constantes do atual Distrito Administrativo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) TRAJANO BASTOS.

Devidamente apoiado.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Nova Tebas, no Município de Pitanga, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais expressivos dentro de nosso Estado. Quer no setor social, econômico, cultural e político, está a exigir que a sua estrutura possa se desenvolver e assegurar melhores e mais condizentes condições à sua laboriosa população, que através do abaixo assinado que anexamos ao presente, manifestam a aspiração na emancipação que ora propomos à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“No último fim de semana, a Cidade de Londrina foi assaltada por um intenso calor que levou mais de 200 crianças à necessidade de atendimento urgente, inclusive em muitos casos, com internamento. A situação ficou dramática, eis que a rede hospitalar privada e pública não tem condições para fazer face a uma situação de tamanho desafio. Muitos foram atendidos em corredores e outros locais não apropriados de vários hospitais, em função da falta de leitos existente.

O episódio, onde uma onda de desidratação penetrou fundo numa cidade, mostrando a precariedade do atendimento e da própria infra-estrutura de atendimento, serve para, desde já, lançar um grito de alerta e advertência aos responsáveis pelo setor no nosso Estado.

Hoje, o Hospital Universitário que tem uma rede de atendimento regional, possui apenas 250 leitos e com a reforma terá 370 leitos. Os demais são hospitais particulares dotados de uma estrutura, relativamente limitada, em função do expansionismo regional e mesmo da própria cidade.

Nesse instante, o governo estadual não pode transferir a alternativa de, ou se expande a capacidade instalada presentemente do Hospital Universitário ou implanta um hospital regional com claro objetivo de fazer face aos desafios da região que tem Londrina como seu centro de irradiação que responde por mais de 1.500.000 habitantes.

Deve o Estado observar os ensinamentos que o recente episódio do último fim de semana está por mostrar e exigir soluções imediatas. Afinal, a saúde é coisa séria e importante, eis que se joga com a vida do ser humano e porisso mesmo, toda ação preventiva que se desenvolve, tem como fundamento a intransigente defesa dos interesses da própria população. Afinal, com a saúde do povo não se brinca. Todo esforço que se faça para salvar vidas e evitar tragédias, é missão que deve unir todos, num esforço comum.

O Hospital Universitário de Londrina atendeu, somente no 1.º semestre de 1.979, 15.077 casos de urgência o que dá mais de trinta mil atendimentos de urgência por ano, dos quais, noventa e cinco por cento do FUNRURAL E INDIGENTES e cinco por cento do INANPS.

E aqui está um dado que prova que Londrina assume a

responsabilidade que seria do Estado. O Hospital Universitário, atende, quase que diariamente, doentes das seguintes cidades do Paraná: Assai, Astorga, Alvorada do Sul, Altônia, Alto Piquiri, Andirá, Arapongas, Apucarana, Atalaia, Bela Vista, Boa Esperança, Borrazópolis, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Cambé, Cianorte, Cornélio Procópio, Centenário do Sul, Campo Mourão, Colorado, Cascavel, Cambará, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Congoinhas, Florestópolis, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Faxinal, Goioerê, Guaraci, Grandes Rios, Ibiporã, Ivaiporã, Jaguapitã, Jardim Alegre, Jacarezinho, Jesuíta, Jandaia, Japurá, Jataí, Lupionópolis, Loanda, Londrina, Maringá, Munhoz de Melo, Mamborê, Mariluz, Santa Mariana, Maria Helena, Miras-selva, Nova Esperança, Nova Aurora, Nova Londrina, Porecatu, Ortigueira, Nova Cantu, Primeiro de Maio, Paranavaí, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rolândia, Ribeirão do Pinhal, Sertão-nópolis, São João do Ivaí, S.S. Amoreira, São Jerônimo da Serra, São João do Caiuá, Sapopema, Santa Cecília do Pavão, Santo Inácio, Terra Nova, Umuarama e Vila Prado.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Camargo. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima; declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista; declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio; declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos; declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont; declinando, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarez. (Ausente).

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa mensagem à Nação o Sr. João Baptista de Figueiredo anunciou um elenco de medidas econômicas que, no entender do Governo, seriam fundamentais para ordenar a vida econômica da Nação.

Sr. Presidente, evidente de que ao mais humilde dos brasileiros se tornava necessário o Governo anunciar medidas no setor econômico. Estamos acostumados nesta fase do império do arbítrio, a receber sem a discussão prévia e sem consultas aos setores e representantes legítimos da sociedade brasileira, estamos acostumados a receber o que se convencionou dizer pacotes de medidas de legislação que são elaboradas nos laboratórios do sistema arbitrário que domina esta Nação.

O Presidente da República leu à Nação em linguagem mais técnica do que política o elenco de medidas que o Governo resolveu adotar. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma coisa chamou a atenção do mais leigo dos brasileiros que não está acostumado à versão ou ao linguajar técnico que ultimamente no Brasil tem sido usado pelos burocratas e pelos tecno-burocratas.

A todos, Sr. Presidente, não passou despercebido que o Governo pretendia justificar as medidas que agora tomou por duas razões, que no entender do Governo seriam as determinantes.

Primeiro, de que houve um mau desempenho da economia

nacional, em virtude da frustração das safras. E segundo, da elevação dos preços do petróleo no mercado internacional. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo que antes procurava justificar em cima do preço do petróleo todas as suas mazelas, todo o emaranhado e a confusão que o arbítrio gerou, passou nos últimos dois anos a usar como bode expiatório do mau desempenho da economia nacional, para tentar justificar o sacrifício que se impõe à população brasileira a frustração das safras agrícolas.

Foram as duas justificativas que o Governo deu. Tudo o que está acontecendo no Brasil hoje, se deve à frustração das safras agrícolas e a elevação do preço internacional do petróleo. Quanto à elevação do preço do petróleo é um fato notório que não há necessidade de justificar. Mas quanto à propalada frustração de safras, Sr. Presidente, elas não ocorreram com a intensidade que o Governo tem anunciado e tem procurado justificar o fraco desempenho da nossa economia.

Porque Sr. Presidente, se formos analisar em termos quantitativos e até relativos nós teremos que considerar que apenas a safra do ano retrasado, da grande seca, fora a que efetivamente houve uma frustração. Porque senão hoje no Paraná, a safra de trigo, em que pese haver frustração, foi em termos relativos e quantitativos maior do que as safras anteriores, como foi a safra de soja e de uma série de outros produtos de outros cereais.

Então se dizer que a frustração das safras tem sido um outro componente responsável pelo nosso fracasso econômico e pelo conseqüente aumento do custo de vida, Sr. Presidente, efetivamente não corresponde à realidade.

Esta falta de confissão das causas geradoras do fracasso do modelo econômico brasileiro, é que tem tirado, deste Governo, a credibilidade. Por que, Sr. Presidente? Não é apenas a Oposição que vem dizendo que o Governo mente ao povo brasileiro, são homens do próprio Governo, Sr. Presidente. O Sr. Mário Henrique Simonsen disse na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, esta verdade que todo o povo brasileiro sabe. Disse o óbvio. Disse ele - depois que se anunciaram as medidas: assim com a receita de sempre se mostrarem otimistas, mesmo quando a situação econômica nacional é das mais graves, o primeiro escalão do Governo e outros altos funcionários estatais, vêm tentando enganar o povo, mas sem sucesso. Estão aí os resultados parlamentares desde o Governo Geisel, para provar que falar mentira já não está mais dando certo.

O ex-Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda, quem diz hoje, depois de ter saído deste círculo, do primeiro escalão do Governo, como disse Hugo Abreu, depois de sair do Governo, como disse Severo Gomes, como disse Cirney Lima, efetivamente, tais homens ao romperem o círculo do arbítrio, e passarem a se determinar segundo o entendimento próprio pessoal, acabam reconhecendo que o Governo, como um todo, para se manter no Poder, necessariamente tem que enganar o povo.

A fala presidencial do Sr. João Baptista Figueiredo foi nesta ordem. Por que, Sr. Presidente? Em síntese, o que se fez neste elenco de medidas foi se abrir a economia nacional para uma competição em termos de economia mundial. O que vale dizer, se a acusação que a Oposição fazia, de ser um modelo essencialmente exportador, na prática, daqui para a frente, vamos ter o agravamento desta situação; porque de agora em diante, a menor produção de bens, quer de consumo, quer de capitais, visarão disputar na economia nacional no mercado exterior. O que vale dizer, se o mercado interno já não tinha uma acolhida, já não tinha um favorecimento no sentido de melhorar o custo de vida de brasileiro, de melhorar o nível de vida do brasileiro, de agora em diante é que não vai ter. Porque tais empresas, tais indústrias, para sobreviverem, terão que necessariamente competir lá fora.

Por isto, Sr. Presidente, nós, de sã consciência, não podemos acreditar que tais medidas venham, a curto e a médio prazo, favorecer o povo brasileiro.

Daí porque nós destacamos alguns tópicos da fala Presidencial. A primeira delas...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - Já concedo o aparte a Vossa Excelência. A primeira delas, na própria palavra do Presidente, de que se gerou e se criou uma parafernália de leis, decretos e portarias e regulamentos, que deixaram não apenas a população desinformada, mas deixaram todo o Governo em situações controversas, em situações até de vexame perante a própria população. Porque é um Ministro a falar uma coisa, outro a falar outra, o Presidente a dizer uma coisa, a ser desautorizado pelos seus Ministros, e essa confusão toda que se estabeleceu no Governo, tem como conseqüência imediata, o mau desempenho quer da máquina estatal, quer da economia nacional.

Então, é o próprio Governo que reconhece que, nestes anos, em que não se consultou a população, em que o povo não foi ouvido, em que se passou a usar como praxe o decreto-impacto, o pacote, o elenco de medidas, nestes anos todos em que a filosofia de donos do Poder, de ditar normas, de ditar regulamentos, de impor regras, de transformar o Brasil num grande quartel, a partir desse momento, passou a gerar-se a confusão geral no Brasil. Porque, efetivamente, só o povo tem, através de seus representantes legítimos, só o povo tem o poder de selecionar prioridades, só o povo tem o poder legítimo de eleger o seu destino, de traçar as suas prioridades, de escolher o seu caminho.

Meia dúzia de homens avocaram a si, o direito de decidir pela Nação. E aí está o resultado, aí está o fracasso.

E, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação paga o alto custo desses desmandos, porque, Sr. Presidente, dou dois exemplos característicos da situação brasileira: elaboram-se Planos Nacionais de Desenvolvimento, que, a bem dizer, nada mais foram do que protocolos de intenções.

Pois bem, Sr. Presidente, vislumbrando o Brasil gigante, vislumbrando o "País que vai para frente", nesta ideologia, na seqüência destes fatos, impulsionado por esses objetivos, o Governo brasileiro passou a querer transformar o Brasil, de um País subdesenvolvido, numa superpotência.

E, aí está o resultado, Sr. Presidente: no setor de telecomunicações, por exemplo, sofisticou-se tudo, mas se cometeu um grave pecado, o qual seja, de se planificar o setor para uma verdadeira potência mundial.

E, hoje, ao ligar-se a televisão, ao ver-se os jornais, está aí, no Paraná, a TELEPAR; está aí, em Santa Catarina, a TELESC; está aí, em todo Brasil, as subsidiárias da TELEBRAS, tentando vender telefones, porque, num plano mirabolante, ao pensar-se de que 110.000.000 de brasileiros necessitariam de 10.000.000 de telefones, em função disso Sr. Presidente, elaborou-se este plano, e passaram-se a produzir tais telefones, e agora estão encalhados. Porque a verdadeira prioridade da Nação, desta e de qualquer outra, vai ter que se enquadrar dentro da lei da oferta e da procura.

Se os telefones são coisas efetivamente necessárias ao povo, não precisa se fazer propaganda para serem vendidos. Mas caiu-se neste setor, no consumismo.

Porisso, Sr. Presidente, quando a oferta é maior do que a procura, efetivamente o custo baixa, e o custo deste excesso de telefones produzidos, quem está pagando, em última análise, se não é o povo? Porque para se instalar essas indústrias para adquirir essa tecnologia, a dívida externa foi aumentada. Como foi aumentada a dívida externa para se construir usinas, e aqui no Paraná temos um exemplo típico: se formos observar, principalmente aqui no Sul do Brasil, o esforço tremendo que as subsidiárias da ELETROBRAS estão fazendo para abrir mercados consumidores de energia, através da eletri-

cação rural, nós vamos constatar outra verdade, de que hoje nós temos energia elétrica em abundância, e temos que abrir mercados para se gastar essa energia elétrica.

E o que dizer, Sr. Presidente, quando entrarem em funcionamento, só no Paraná, Salto Santiago, Foz do Areia, Itaipu?

O que dizer, Sr. Presidente, quando Tucuruí ficar pronta?

Quando se explorar os 100.000.000 de KWA que o Governo anuncia existir só na Bacia Amazônica?

Então, Sr. Presidente, observamos de que, hoje, temos energia elétrica em abundância, em excesso. Por que, Sr. Presidente, o Acordo Nuclear? Por que, Sr. Presidente? Isso não é prioridade da Nação.

Mas, o custo da tremenda dívida externa que será feita para pagar o Acordo Nuclear, em última análise estará sendo descarregado no povo brasileiro.

Esta a verdade da qual não se pode fugir. Desvaloriza-se o cruzeiros trinta por cento em relação ao dólar. Muito bem. E alega-se que a dívida externa permanece estabilizada em cinquenta bilhões de dólares.

Mas, em força de trabalho, o brasileiro terá, efetivamente, que pagar os trinta por cento da desvalorização. Isso é custo em cima da população; em cima do povo brasileiro.

Por isso, está certo o Senhor Figueiredo quando diz "que não se preocupa com o povo, que não importa o que o povo pense. Porque ele está preocupado com a Nação, está preocupado com o Estado".

Então, a entidade do Estado terá uma dívida efetiva. A ficção jurídica que é o Estado, terá uma dívida efetiva de cinquenta bilhões de dólares. Mas, na realidade, o povo brasileiro é que terá que pagar essa dívida em força de trabalho que, traduzido em cruzeiros, aumentou trinta por cento, de uma hora para outra.

Por isso, não podemos acreditar que essas medidas governamentais venham a trazer efetivamente, o tão esperado equilíbrio, o saneamento, da nossa economia.

Porque, Sr. Presidente, a filosofia básica não foi alterada. O modelo continua. E aumenta-se essa sua tendência de ser um modelo exportador, de estar voltado para fora.

Temos defendido, o nosso Partido tem defendido, de que é necessário o Governo se preocupar com o mercado interno, valorizar esse mercado, dar prioridade absoluta para a qualidade de vida do brasileiro.

E quando analisávamos, aqui nesta Assembléia, o Plano do Governo Estadual do Paraná, nós o dizíamos utópico. Porque, efetivamente, enquanto este Plano buscava um objetivo, o do Governo Federal a que ele deve estar jungido, a que ele está vinculado, busca exatamente outro.

Por isso, Srs. Deputados, não temos razões objetivas numa análise criteriosa, numa análise racional, para acreditar no Governo.

E não nos baseamos apenas na palavra do Sr. Mário Henriques Simonsen, que diz que o Governo está continuando a mentir para o povo brasileiro.

Pode-se enganar - já disseram - por algum momento; pode-se enganar por algum tempo. Mas, sempre nunca se conseguirá enganar. E o governo brasileiro não vai mais enganar o nosso povo com medidas desse gênero.

Porque, efetivamente, Sr. Presidente, posso estar errado, não tenho conhecimentos de Economia para analisar a medida em profundidade. Mas, quando o próprio Governo diz que terá que revisar a Lei de Remessa de Lucros, é, Sr. Presidente, porque, as multinacionais terão um mercado muito mais aberto. Terão, no jogo livre que vai se estabelecer, muito mais força para tripudiar em cima de nossa média e pequena empresa.

Parece-me, Sr. Presidente, que, efetivamente, o que as medidas buscam é, tirar o Governo, ou, o Governo criar um novo caminho na população, tentar se justificar perante a população, mas, sempre baseado naquilo que é falso, naquilo

que é mentiroso, porque a premissa está errada, o que o Governo faz, é, sofismar e o Governo, para sofismar, tem que se basear em algumas mentiras.

Disse eu: a frustração das safras, elas houveram, mas, não foram elas que determinaram o fracasso da economia nacional porque, as frustrações de safras ocorreram em 76, 77, e o milagre brasileiro foi pro'buraco, a partir do fim de 1.973! Como, Sr. Presidente, a situação econômica entrou em ebulição, ficou combalida três anos antes de se frustrarem as safras!? O que o Governo deveria ser, era honesto, consigo mesmo. Se o Governo representasse o povo. Mas, lamentavelmente o Governo não representa o povo, o Governo não se preocupa com o povo.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) - Nobre Deputado Nilso Sguarezi, com o devido respeito a Vossa Excelência como um dos homens que lutam a favor do povo, queria apenas concordar em parte, com o seu pronunciamento. Mas, dentro da democracia que Vossa Excelência prega, queremos discordar, porque, o que está acontecendo no Governo do Presidente Figueiredo, Vossa Excelência bem sabe, é um legado deixado pelo mesmo Secretário Simonsen, um sub-Secretário, que hoje representa uma das multinacionais aqui no Brasil, como é do seu conhecimento.

Como pode, este homem, fazer uma declaração dizendo que o sistema brasileiro está falido? Como pode um Presidente da República, transformar como se fora um quiromante, numa mirabolância, transformar o sistema brasileiro-econômico e o legado deixado por homens tecnocratas como o Ministro Simonsen? Como este homem pode ter a coragem e a petulância de vir fazer uma declaração contra o sistema econômico-brasileiro, se ele o gerou por mais de cinco, seis anos? Como este homem pode, Sr. Líder Nilso Sguarezi, vir a público e de público, dizer que o Brasil está errado em sua política econômica? Como nós podemos transmitir ao nosso povo, aos nossos eleitores, a palavra de um homem que não teve a coragem de dizer a verdade para o povo? Se alguém mentiu para o povo, foi Ministro Simonsen, ou o Secretário Simonsen, porque, ele, ludibriando o povo, vem agora com o seu falso messianismo, querer ludibriá-lo novamente! Sabe Vossa Excelência que, em nove meses, a única coisa que pode acontecer é nascer uma criança; sabe Vossa Excelência que, em nove meses, um Governo honesto como o Governo Figueiredo está tomando as medidas que estão sendo aplaudidas por todo o empresariado, e sabe Vossa Excelência que todos nós temos direito de gritar e espernear, menos aquele homem que desgraçou o Brasil, aquele homem que está nessa manchete de revista, e seria incoerência de nossa parte, transmitir ao povo paranaense e ao povo brasileiro, as palavras deste homem que mentiu para o povo, mentiu para Vossa Excelência, mentiu e iludiu a nossa boa fé dizendo que o Brasil tinha um modelo econômico que era gerado e era dirigido por este homem do qual Vossa Excelência fala, este homem que podemos chamá-lo de covarde, eis que, covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta. Ele devia lutar pela inflação, e contra a inflação, ao invés disto, ele preferiu ser Diretor-Presidente de uma multinacional no Brasil, este homem, não merece o nosso crédito. Vossa Excelência merece o nosso respeito, porque Vossa Excelência é um homem digno, um homem honrado, mas por favor, não transmita a palavra do homem que infelicitou o Brasil!

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Primeiramente, Deputado, não estou, no meu pronunciamento, criticando o Governo do Sr. João Baptista Figueiredo, estou fazendo uma análise do sistema responsável pela indicação do Sr. João Baptista Figueiredo. E se a Nação, hoje tem uma herança pesada, o responsável é esse sistema, é esse modelo gerado a partir de 1.964 de que o Sr. João Baptista Figueiredo é o representante, de que, ontem,

foi o Sr. Simonsen. É contra este sistema, contra este modelo, que nós temos reiteradamente discordado dele, porque não discordamos de hoje. Ontem, quando era Ministro do Planejamento e da Fazenda, o Sr. Simonsen, subiam aqui, Deputados da Oposição para criticar, e era comum ouvir-se da Bancada Situacionista, a defesa intransigente e permanente, de que a boa intenção do Governo, não deixando entrar aqui o comunismo, de que a boa intenção do Governo, criando uma Pátria livre, deu como consequência única e exclusiva, o desmando econômico que se gerou e que todos os Ministros deste Governo, quando saem dele, via de regra, fazem como o Sr. Simonsen.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estamos para dizer de que não incluíam a Oposição como responsável do que aí está, porque ela tem sido a voz única e no deserto, a clamar de que o País se encaminha para o caos social, a dizer de que a saída do Brasil fica cada vez mais difícil, porque falta honestidade de princípio no Governo, porque honesto é aquele Ministro, como fez Severo Gomes e Cirne Lima, ao não concordar com o Governo, tem a dignidade de se retirar dele. Trazemos à colação o depoimento do Sr. Simonsen, como um exemplo, só como um exemplo do personalismo, do egoísmo que alimenta os homens que compõem este Governo, porque procura ele agora, se justificar perante a Nação, salvando a sua situação pessoal, para comprometer a do Governo.

Então, Sr. Presidente, nós que sabemos como este Governo foi formado, nós que sabemos o processo de escolha deste Presidente, destes Ministros, nós que sabemos, Sr. Presidente, que teve que se fechar o Congresso Nacional para que o Partido Situacionista tivesse maioria e se permitisse manter essa parafarnália de leis, decretos e regulamentos, que o próprio Governo diz, nós é que sabemos que houve um time que sempre disse amém, queremos que hoje, consciente independentemente, todos analisem sob um ângulo crítico, as medidas que o Governo passa a adotar.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência por fazer uma análise fria do que foi o pronunciamento do Presidente da República na última sexta-feira, quando ele anunciou à Nação, as medidas anti inflacionárias, as medidas que irão combater a crise econômica, porque a nossa Nação atravessa.

Mas, eminente Líder Nilso Sguarezi, há que se analisar de que esta crise foi gerada pela incompetência administrativa, pela incompetência de quem implantou neste País, em 1.964 um regime autoritário e ditatorial, porque deu-se no Brasil, após 1.964, um fato "sui generis" na História de nossa Nação, anteriormente, os homens saíam da rua, saíam dos bares de esquina, saíam do café e chegavam à Presidência da República, através de voto livre e democrático e hoje nós vemos o Presidente da República que não teve o voto do povo, sair do pedestal em que foi colocado, e ir até os cafés, tentando se popularizar, para ficar benquisto perante o povo, mas eis que o tapete do Presidente da República foi puxado lá em Florinópolis, foi puxado e ele passou a analisar de que não era bem assim, porque em nove meses de mandato, perto de nove meses, Sua Excelência, não tinha tomado nenhuma medida concreta e real para dar os rumos da política econômica brasileira.

Estava no "oba-oba" até na última sexta-feira e eis que quando nós passamos a analisar rapidamente tópicos das medidas adotadas, porque não quero tomar muito tempo de Vossa Excelência, vemos de que mais uma vez o entreguismo está claro nas medidas adotadas pelo Presidente da República na última sexta-feira, porque veja Vossa Excelência, que na desvalorização de trinta por cento do cruzeiro perante o dólar, já havia sido tomada esta medida há mais de 10 dias, e os grupos econômicos, as empresas multinacionais deitaram e rola-

ram nesta Nação, na última quinta-feira, eles se aperceberam de que a coisa tinha vasado e que grandes aquisições de moeda estrangeira havia se dado, eles trancaram as operações para que o buraco não fosse bem maior.

Com esta medida, vamos ver de que todas as empresas, principalmente as empresas nacionais que tomaram empréstimos no exterior, muitas delas vão falir, porque não vão ter condições de arcar com mais essa desvalorização de trinta por cento dando um valor de oitenta por cento só agora em 1.979 com esta medida, favoreceu-se as multinacionais, porque eles paralelamente tomaram uma medida que vai beneficiar as grandes empresas, de que este prejuízo desta desvalorização, poderá ser deduzido como despesa no seu balanço, dando a essas empresas, o Imposto de Renda de graça. As empresas nacionais vão falir, mas as grandes empresas multinacionais vão se beneficiar dessa desvalorização.

Então precisa ficar bem claro de que foram medidas entreguistas para o capital estrangeiro mais uma vez, deitar e rolar dentro desta Nação, mas se permitir Vossa Excelência, queria dizer também de que dentro das medidas adotadas, uma delas foi a redução do Imposto de Renda com a remessa dos juros auferidos pelo capital estrangeiro aqui dentro desta Nação.

Veja o absurdo, eminente Líder Nilso Sguarezi, que, pagava-se uma taxa nessa remessa de 12,5% e agora irá se pagar uma taxa de 1,25%. Houve uma redução de 90% na taxa de remessa dos juros para o exterior, conquanto que as empresas nacionais que estão aí a derramar o suor e o sangue do trabalhador brasileiro, foram taxadas, nesse exercício com um acréscimo no Imposto de Renda, de 30 a 35% e mais um adicional de 5% se os lucros forem superiores a trinta milhões.

Então veja Vossa Excelência de que as medidas tomadas e adotadas foram para proteger o capitalismo estrangeiro internacional que esmaga a Nação brasileira. Veja também Vossa Excelência que uma das medidas que serão adotadas, a partir de hoje, é o Imposto sobre a Exportação de Produtos agrícolas. Vai se dar na exportação de produtos primários, mais um confisco como é o confisco do café, cuja política cafeeira levou ao desestímulo dentro da Nação, aonde dentro em breve estaremos importando café para o nosso consumo interno.

Então veja Vossa Excelência de que as medidas tomadas foram tão somente para beneficiar as empresas multinacionais e Vossa Excelência coloca muito bem.

Precisa que a Nação saiba. Que Sua Excelência quando vá à televisão fale claro e não fale num economês que 99,9% da Nação brasileira não entendeu nada do que ele disse, porque o povo não entendeu a sua linguagem e ele não sabe falar para o povo e isso já ficou provado.

Vossa Excelência colocou muito bem. Tem-se que denunciar essas barbaridades que se cometem contra a política econômica brasileira.

Chega de entreguismo. Será que nesta Nação não tem mais homens que estão voltados para os reais interesses do povo brasileiro? Ou será como Vossa Excelência colocou muito bem, será que o mercado exportador é muito mais importante do que mais de 30.000.000 de brasileiros, passando fome porque não têm o que comer? Onde esta Nação gasta neste ano dois bilhões de dólares em alimentos?

Então só tenho a lhe dizer para encerrar, de que este sistema está falido. É hora do povo brasileiro tomar conhecimento do que se passa. Chega de mentir para o povo! Chega de entreguismo para o capital estrangeiro ou multinacional. Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado, acredito de que talvez o mal maior ainda não seja o entreguismo que todos conhecem. Acho que há um mal maior, é o mal da incompetência. Porque veja, nobre Deputado, o Governo agora vai cortar os juros subsidiados à agricultura. Anunciou o Presidente da República que gradativamente irão retirar os juros subsidiados da

agricultura por uma razão. Tem sido comum tomar-se esse dinheiro destinado ao financiamento da agricultura, e jogar-se o dinheiro na Caderneta de Poupança, especulando em cima de uma medida que visaria beneficiar a agricultura.

Mas, nobre Deputado, como que o Governo pode confessar uma incompetência dessas. Este Governo que é tão autoritário, que reconhece que o juro subsidiado é necessário, mas vai cortar porque está incompetente para fiscalizar esse setor.

Ora, Sr. Deputado, qual foi o grande granjeiro, qual foi o grande empresário que foi para a cadeia no escândalo do adubo papel? Se fizeram inquéritos, o que a Polícia Federal andou, cadastrou, levantou, identificou e ninguém foi para a cadeia. Então é um Governo que está impotente pela corrupção que existe no seu seio. E um Governo quando chega a esta situação não tem mais nada para fazer do que continuar mentindo para permanecer no Poder.

Por isso nós dizemos: o Governo não é só entreguista, é incompetente e por não querer reconhecer esse dois fatores que desgraçam qualquer Nação, continua a mentir ao povo.

E é por isso que embora não concorde com o Sr. Simonsen, mas não há que se fugir da análise que ele aqui faz. Diz ele: "A maioria dos que estão no Poder preferem mesmo continuar a mentir". O processo que atingiu momentos de grande intensidade, a partir de 1974, quando apesar dos novos preços do petróleo se dizia que o País era o único ou um dos poucos que graças aos seus governantes não estava e nem seria atingido pela crise energética.

O Sr. Darcy Deitos — Governo que ele fazia parte, inclusive. O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito e continuando. Até hoje, apesar da inflação e dos constantes aumentos dos preços do petróleo, altos funcionários estatais vêm dizendo que a situação se está um pouco ruim agora, vai melhorar logo, talvez já no ano que vem. Eles estão mentindo e sabem disso. Que o País tem que buscar vinte bilhões de dólares no exterior para pagar suas contas externas no próximo ano, que se somam a vultuosa quantia de 40 bilhões de dólares. Como o País só exportará no máximo 20 bilhões de dólares, a saída é apanhar os outros 20 bilhões no mercado financeiro internacional.

Mas esta tarefa é quase impossível. Vinte bilhões de dólares é muito dinheiro para um só País obter em um ano em financiamentos externos. Assim é provável que o País não consiga saldar suas dívidas internacionais mais imediatas, o que agravará ainda mais o problema da balança de pagamentos.

E diz Simonsen: "Mas se mesmo esse dinheiro fosse obtido, a saída seria meio capenga, ou seja, os vinte bilhões serviriam para fechar a balança de pagamento de 1980; com os juros e os serviços da dívida em dia, mas com o aumento do principal da dívida em mais de vinte bilhões de dólares".

Por isto, Sr. Presidente, diz ele: "Um País que está nesta situação e que enfrenta também o drama da dependência quase que absoluta do petróleo importado, não pode ir bem, nem irá bem tão cedo".

Esta é a verdade que deve ser dita ao povo brasileiro, sob pena de manifestações anti-governamentais, como a que houve na pacífica Florianópolis.

Por isto, Srs. Deputados, fica aqui mais uma vez, a desconfiança, a descrença neste Governo, porque embora e talvez as medidas por ele anunciadas objetivem encontrar uma solução para o País, as suas alegações são falsas, são mentirosas.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de fazer referência, eminente Deputado, quanto à revogação da Lei de Paridade. Veja Vossa Excelência que absurda é esta revogação da Lei de Paridade de Similares Nacionais. O que aconteceu? O Governo, no seu afã de dizer que precisávamos industrializar o País, fez com que todas as empresas nacionais que se dispusessem a buscar capital estrangeiro para aqui investir, fabricar máquinas e eletrodomésticos,

nós não poderíamos importar estas máquinas e eletrodomésticos que fossem fabricados aqui dentro.

E agora, com a revogação desta Lei de Paridade, o mercado é livre porque as importações são livres. O que acontece? As empresas multinacionais que produzem produtos lá fora, vão vender produtos aqui, no mercado interno, por preço bem inferior; porque as empresas nacionais estarão sobrecarregadas, estarão à beira da falência, para cumprir seus compromissos.

Então veja bem de que mentiram para aquela classe que deu sustentáculo a este Governo. Veja que o grande empresariado nacional, esta burguesia nacional que o empresariado faz parte, foi que deu sustentáculo a esta ditadura e até hoje e agora levou uma rasteira com a revogação desta Lei da Paridade do Similar Nacional.

Só queria aqui deixar o registro e mais uma breve análise do que foi este voraz "pacote econômico" editado pelo Governo na última sexta-feira.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e dou por concluída a minha oração.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 132/79, (Mens. Govern. n.º 105/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paracity, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 132/79.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paracity, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 133/79, (Mens. Govern. n.º 112/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 133/79

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná

e o Município de Loanda, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 134/79, (Mens. Govern. n.º 124/79), que aprova Resolução n.º 143/79, celebrada entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alterando o Convênio celebrado entre os mesmos Governos e que dispõe sobre a criação do Sistema CODESUL/BRDE. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 134/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovada a Resolução n.º 143/79, de 20 de agosto de 1979, celebrada entre os Governos dos Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, alterando o Convênio de 13 de junho de 1966, celebrado entre os mesmos Governos Estaduais e que dispõe sobre a criação do Sistema CODESUL/BRDE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 135/79, (Mens. Govern. n.º 131/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando execução de obras ao Projeto de Complementação da Via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais, conforme específica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 135/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Renovação de Convênio celebrado em 24 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras referentes ao Projeto de Complementação da via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais — Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres), constante do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 136/79, (Mens. Govern. n.º 135/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 136/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão prevista no Plano Anual de Trabalho de 1979, DO PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 137/79, (Mens. Govern. n.º 137/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iporã, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 137/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de agosto de 1979; entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, DO PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
DEL CIEL — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 144/79), que aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, objetivando a melhoria técnica de funcionamento da Rádio Estadual do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 146/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 140/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Diamante do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

dade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 139/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate à erosão, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 132/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 127/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 124/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 109/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Quêrência do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 97/79), que aprova Termo de Alteração Parcial ao Convênio n.º 12/76, celebrado entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência de Controle da Erosão no Paraná cujos objetivos específicos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 150/79), que aprova Convênio de Cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Londrina, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na

cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 149/79), que aprova Convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e o Município de Londrina, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 148/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itaguajé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 147/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio FNDU 37/38 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de Foz do Iguaçu, com interveniência de órgãos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 145/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Projeto Rondon objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 153/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Miró Müller, ocorrido em Corbélia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 172/79. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, contendo apelo, visando o imediato pagamento de pensões, aposentadorias e outros benefícios de acordo com o último reajuste salarial do mês de novembro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a implantação de um monocal telefônico no Distrito de Conselheiro Zacarias, Município de Santo Antônio da Platina. — Aprovado. — Ao Departamento

mento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto, pelas rudes e desrespeitosas manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — Aprovado.

O SR. DARCY CEITOS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queira levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

5 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152/79.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176/79.

Levanta-se a sessão.